

Frutuoso Luís de Carvalho Roma, técnico de informática do Governo Civil do Distrito de Évora — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença no período de 17 de Agosto a 12 de Setembro e de 24 a 26 de Setembro de 2004, correspondente a 30 dias.

Maria das Candeias Rodrigues Mendonça Segurado, auxiliar de limpeza do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Évora — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença no período de 8 a 27 de Setembro de 2004, correspondente a 20 dias.

Rosa Maria Garcez da Cruz, assistente administrativa principal do quadro privativo do Governo Civil do Distrito de Évora — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença no período de 10 a 12 de Novembro de 2004, correspondente a 3 dias.

10 de Dezembro de 2004. — A Secretária, *Maria Teresa Bragança Dias Tedeu*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 937/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 2.º conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha, de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o cargo de subdirector regional da Direcção Regional do Norte do quadro de pessoal dirigente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é, nos termos do n.º 5 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, equiparado a chefe de divisão;

Considerando que o licenciado Luís Filipe Soares de Frias, inspector de nível 1 da carreira de fiscalização e investigação é pela sua experiência profissional, detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de subdirector regional da Direcção Regional do Norte, correspondendo assim ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Serviço;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado Luís Filipe Soares de Frias, do quadro de pessoal do SEF, subdirector regional da Direcção Regional do Norte, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

Síntese curricular

Luís Filipe Soares de Frias, licenciado em História pela Universidade de Coimbra.

Inspector de nível 1 da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Representante do SEF no Center for Land Borders em Berlim. Membro da comissão de peritos Schengen que procederam à avaliação das fronteiras aéreas e terrestres da Itália.

Intervenção no «Seminário sobre o tráfico de seres humanos no quadro dos trabalhos da ONU» organizado em Lisboa pelo SEF, GRIEC e DIAP de Coimbra.

Chefe do Departamento Regional de Investigação e Fiscalização da Direcção Regional do Centro.

Representante do SEF na UCIC Centro.

Inspector de turno no PF002 do Aeroporto de Faro.

Curso do SEF sobre Documentação de Segurança e Fraude Documental.

Curso de Formação Pedagógica de Formadores do INA.

Curso «Terceiro pilar da União Europeia — justiça e assuntos internos».

Curso de Segurança Aeroportuária nos EUA promovido pela FAA (Federal American Aviation).

9 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Gabriel Catarino*.

Despacho (extracto) n.º 938/2005 (2.ª série). — Por despachos de 10 e de 14 de Dezembro de 2004, respectivamente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo e da directora central de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência delegada:

Maria Rosa da Silva, técnica profissional principal do quadro de pessoal do Hospital Garcia de Horta — autorizada a sua requisição para desempenhar funções no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com efeitos a partir de 20 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2004. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 939/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Dezembro de 2004 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Licenciada Maria Teresa Pereira André, especialista superior de nível 1, da carreira de apoio à investigação e fiscalização, do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — designada em comissão de serviço, pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, para o cargo de chefe de núcleo de Documentação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro. Nos termos do mesmo preceito legal, dou por finda a comissão de serviço da referida especialista superior de nível 1, no cargo de chefe de núcleo de Comunicação e Relações Públicas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 940/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Dezembro de 2004 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Licenciada Maria Alexandra Pimenta Ribeiro Lucas Martins, especialista superior de nível 3, da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — designada em comissão de serviço, pelo período de três anos renováveis, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, para o cargo de chefe de núcleo de Comunicação e Relações Públicas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 941/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, obtida a prévia concordância do Conselho Superior do Ministério Público, nomeio a licenciada Cármen Maria Esteves de Almeida Martins Ferreira, a exercer funções na 9.ª Secção do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP), para, em comissão eventual de serviço, exercer funções de assessora deste Gabinete, com efeitos reportados a 23 de Novembro de 2004, inclusive.

A nomeada mantém o estatuto remuneratório de origem, acrescido de subsídio de refeição, atento o disposto no n.º 4 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º do referido diploma legal.

A presente nomeação é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

27 de Dezembro de 2004. — O Ministro da Justiça, *José Pedro Aguiar Branco*.

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 317/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril (Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários, que passará a designar-se LOCEJ), faz-se público que, por despacho de 14 de Dezembro de 2004 do Ministro da Justiça, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* (prazo contado nos termos do disposto no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo), concurso externo de ingresso no Centro de Estudos Judiciários (CEJ) para o preenchimento de 140 vagas de auditor de justiça (sendo 2 ocupadas por candidatos de anterior concurso autorizados a frequentar o curso seguinte, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril), sendo 70 para a magistratura judicial e 70 para a magistratura do Ministério Público.

1 — São requisitos de admissão a concurso (artigo 33.º da LOCEJ):

- Ser cidadão português;
- Possuir há, pelo menos, dois anos, na data de abertura do concurso, licenciatura em Direito por universidade portuguesa ou habilitação académica equivalente à face da lei portuguesa;
- Reunir os demais requisitos de ingresso na função pública.

2 — Formalização das candidaturas:

2.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento redigido em papel normalizado (artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril) dirigido ao director do Centro de Estudos Judiciários ou em impresso-tipo, que poderá ser solicitado pessoalmente à Secção Pedagógica de Estudos e de Estágios do Centro de Estudos Judiciários ou na Delegação do Porto, Rua de João das Regras, 222, 4.º, 4000-291 Porto. O requerimento ou impresso-tipo deve ser entregue pessoalmente na sede, Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa, ou na Delegação do Porto, ou, ainda, remetido pelo correio, sob registo, para o endereço da sede, em Lisboa, considerando-se neste caso entregue atempadamente o requerimento ou impresso-tipo cujo registo tenha sido efectuado até ao termo do prazo fixado, e instruído com os documentos comprovativos dos requisitos previstos no artigo 33.º da LOCEJ.

2.2 — A não assinatura do requerimento ou impresso-tipo é susceptível de determinar a exclusão do concurso.

2.3 — O requerimento ou impresso-tipo deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, de documento, autêntico ou autenticado, ou fotocópia simples nos termos previstos no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, comprovando as habilitações literárias exigidas, com data de conclusão do curso, e indicação da média final.

2.4 — Deverão ainda ser apresentadas três fotocópias simples do bilhete de identidade.

2.5 — Instruções para o preenchimento do requerimento — devem constar sempre, no início de cada uma das linhas, as palavras que antecedem as diversas situações. Exemplo:

Nome: António . . .
Nacionalidade: portuguesa.

Minuta do requerimento

Ex.º Sr. Director do Centro de Estudos Judiciários:

Nome: . . .
Data de nascimento: . . .
Estado civil: . . .
Nacionalidade: . . .
Natural da freguesia de . . .
Concelho de . . .
Distrito de . . .
Filho de . . . e de . . .
Portador do bilhete de identidade n.º . . .
Validade do bilhete de identidade: . . .
Contribuinte n.º . . .
Profissão: . . .
Morada: . . .
Código postal: . . .
Localidade: . . .
Telefone: . . .
Universidade da licenciatura: . . .
Classificação — média final: . . .
Data em que concluiu a licenciatura: . . .

Requer a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) ao concurso para ingresso no Centro de Estudos Judiciários, a fim de frequentar o XXIV Curso Normal de Formação, conforme aviso publicado do *Diário da República*, 2.ª série, n.º . . ., de . . .

Mais declara que, por ordem de preferência, pretende prestar provas em . . . (Lisboa, Porto ou Coimbra).

Junta fotocópias simples, uma do certificado de licenciatura e três do bilhete de identidade.

. . . (data).
. . . (assinatura).

3 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Testes de aptidão:

4.1 — Os júris terão a constituição prevista no artigo 37.º da LOCEJ, sendo o seu preenchimento publicitado juntamente com a lista provisória a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da mesma lei.

4.2 — As fases, as matérias, as faltas, a classificação, a graduação e a validade das provas estão previstas nos artigos 38.º a 50.º da LOCEJ.

4.3 — Os critérios de avaliação da prova referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º da LOCEJ são, designadamente, a pertinência do conteúdo e a qualidade da informação transmitida pelo candidato

em relação ao tema proposto, a organização da exposição, a capacidade de argumentação e de síntese e o domínio da língua portuguesa.

4.4 — As provas escritas realizar-se-ão em Lisboa, Porto e Coimbra, nos dias 9, 16 e 23 de Abril de 2005, em instalações a indicar concretamente quando for publicada a lista referida no n.º 4.1.

4.5 — Os candidatos podem fazer-se acompanhar de elementos de apoio (textos de legislação e de literatura jurídica) apenas nas provas das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 40.º da LOCEJ.

4.6 — As provas escritas decorrem sob o anonimato dos candidatos.

4.7 — As provas orais e a entrevista realizar-se-ão em Lisboa, Porto e Coimbra.

4.8 — Os doutores em Direito estão isentos das fases escritas e oral e têm preferência sobre os restantes candidatos — n.º 1 do artigo 39.º da LOCEJ.

4.9 — A bibliografia e a legislação indicadas no presente aviso têm carácter meramente indicativo e não prejudicam a consulta, quando permitida, de outros documentos que os concorrentes considerem adequados. A bibliografia sobre as matérias curriculares referentes às habilitações literárias exigidas não é indicada (n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho).

4.10 — A classificação da fase escrita é publicada mediante afixação de pauta na sede e nas delegações do CEJ (Porto, Coimbra e Évora), em data a anunciar aos candidatos no acto da realização da última prova.

4.11 — A lista de graduação final é afixada na sede e nas delegações do CEJ, nela se indicando os candidatos admitidos em função das vagas disponíveis.

5 — Opção de magistratura — a opção de magistratura terá lugar no final da fase teórico-prática, nos termos do artigo 66.º da LOCEJ.

I — Temas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 40.º da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários**Tema 1 — Justiça e desenvolvimento económico****Bibliografia**

- AA. VV., *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça, Atitudes Sociais dos Portugueses*, Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (orgs.), Lisboa, ICS — Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- AA. VV., *Filosofia do Direito e Direito Económico, Que Diálogo? Miscelâneas em Honra de Gérard Farjat*, Instituto Piaget, 2001.
- AA. VV., *O Endividamento dos Consumidores*, Coimbra, Almedina, 2000.
- AA. VV., *Tribunais em Sociedade — Por Caminhos da(s) Reforma(s) da Justiça*, João Pedroso, Catarina Trincão e João Paulo Dias, vol. 2, Coimbra Editora, 2003.
- Coase, Ronald, «Na fronteira da economia e do direito», in *Sub Judice*, n.º 2 (Janeiro-Abril), 1992, p. 30.
- Cordeiro, António Menezes, *Direito da Economia*, lições policopiadas, Lisboa, AAFDL, 1986.
- Os Custos da Justiça — Actas do Colóquio Internacional Realizado em Coimbra, 25-27 de Setembro de 2002*, Coimbra, Almedina, 2003.
- Friedmann, David, «Direito e ciência económica», in *Sub Judice*, n.º 2 (Janeiro-Abril), 1992, pp. 31-38.
- Interrogações à Justiça — A Perspectiva Económica da Justiça: O Judiciário nos Caminhos da Qualidade e da Eficácia*, Coimbra, Tenacitas, 2003, pp. 279-336.
- Marques, Maria Manuel Leitão, «O direito nos contratos das empresas», in *Sub Judice*, n.º 2, Janeiro-Abril de 1992.
- Mendes, Armindo Ribeiro, «A economia e o direito», in *Textos*, Centro de Estudos Judiciários, 2, 1991-1992/1992-1993, pp. 349-370.
- Pronça, Margarida, «Racionalidade jurídica e racionalidade económica», in *Sub Judice/Ideias*, n.º 6, 1993, pp. 21-25.
- Santos, Boaventura Sousa, Marques, Maria Manuel Leitão, Pedroso, João, e Ferreira, Pedro Lopes, *Os Tribunais nas Sociedades Contemporâneas — O Caso Português*, Centro de Estudos Sociais/Centro de Estudos Judiciários/Edições Afrontamento, 1996.
- Sousa, João Ramos de, «Que crise? Que justiça? — Mercados judiciais: um estudo de economia normativa», in *Justiça em Crise? Crises da Justiça*, António Barreto (org.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, pp. 229-244.

Tema 2 — O direito como factor de inclusão/exclusão

- Affichard, Joelle, e Foucauld, Jean-Baptiste (dir.), *Justice sociale et inégalité*, publié avec le concours de la Maison des Sciences et de l'Homme, s. d.
- AA. VV., *A Inclusão do Outro*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002.
- Bindel, Alberto M., «Entre la democracia y la exclusión: la lucha por la legalidad en una sociedad desigual», *Revista brasileira de ciencias criminais*, ano 8 (2000), n.º 29 (Janeiro-Março), São Paulo, pp. 11-26.
- Blanpain, Roger, «The European Union, employment, social policy and the law: beyond the Treaty of Amsterdam (1997): the end

of the European Social Model?», in *Institutional Changes and European Social Policies after the Treaty of Amsterdam*, ed. R. Blanpain et al., The Hague, Kluwer Law International, 1998, pp. 1-65.

Crepet, Paolo, *A Dimensão do Vazio — Os Jovens e o Suicídio*, Edições Ambar, col. «As Mãos e os Frutos».

Fierens, Jacques, «L'exclusion sociale: a propos de lien politique et de droits de l'homme», in *Annuaire européen*, vol. 42, La Haye, 1994, pp. 35-51.

Firchow, Thilo, «Institution judiciaire et développement social urbain», in *Droit et société*, n.º 29, Paris, 1995, pp. 101-114.

Flauss, Jean-François, «L'action de l'Union européenne dans le domaine de la lutte contre le racisme et la xénophobie», in *Revue trimestrielle des droits de l'homme*, Bruxelles, pp. 487-515.

Fukuyama, Francis, *A Grande Ruptura. A Natureza Humana e a Reconstituição da Ordem Social*, Quetzal, 2000.

Godinho, Manuel M., e Mamede, Ricardo P., «Convergência e mudança estrutural no âmbito dos países da coesão», in *Análise Social*, Lisboa, 2004, pp. 1069-1090.

Guerra, Isabel, «Cidadania, exclusões e solidariedades: paradoxos e sentidos das novas políticas sociais», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63 (Outubro 2002), Coimbra, pp. 47-74.

Jordan, Bill, «Criminal justice, social exclusion and the social contract», in *Probation Journal*, vol. 50, n.º 3 (Set. 2003), London, pp. 198-210.

Liégeois, J. P., *Minoría e Escolarização: Rumo Cigano*, Edições Interface, 2001.

Pedroso, Pedro, «Direito e solidariedade: perspectivas para a promoção da integração para todos», in *Sociedade e Trabalho*, n.º 3 (Out. 1998), Lisboa, pp. 6-17.

Pereirinha, José, «A (re)definição dos direitos sociais face à crise do estado-providência e ao fenómeno da exclusão social», in *Intervenção Social*, ano 7 (1997), n.ºs 15-16 (Dezembro), Lisboa, pp. 131-142.

Pires, Rui Pena, *Migrações e Integração*, Celta Editora, 2003.

Robson, Peter, e Kjonstad, Asbjorn (ed.), *Poverty and the law*, Hart Publishing, Oxford, 2001.

Toxicodependência, Novos Caminhos e Soluções, Fólio Edições/Primeiro de Janeiro, 2004.

Tema 3 — Sociedade de risco: justiça, desenvolvimento tecnológico e globalização

Bibliografia

AA. VV., *Globalização, Ciência, Cultura e Religiões*, Fundação Calouste Gulbenkian/Dom Quixote, 2003.

Bessa, António Marques, *Utopia. Uma Visão da Engenharia de Sonhos*, Europa-América, col. «Biblioteca Universitária», 1998.

Chomsky, Noam, *Neoliberalismo e Ordem Global. Crítica do Lucro*, Editorial Notícias, 2000.

Nova Iorque. 11 de Setembro, Caminho, col. «Nosso Mundo», 2001.

Delmas-Marty, Mireille, «A mundialização do direito: probabilidades e riscos», in *Perspectivas do Direito no Início do Século XXI, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Svdia Iuridica 41, Colloquia 3*, 1999, pp. 136-137.

Friedmann, L. Thomas, *Compreender a Globalização. O Lexis e a Oliveira*, Quetzal, 2000.

Giddens, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Presença, 2000.

As Consequências da Modernidade, Celta, 2002.

Globalização. Fatalidade ou Utopia?, Boaventura Sousa Santos (coord.), Edições Afrontamento, 2001.

Huntington, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Henrique Lajes Ribeiro (trad.), Lisboa, Gradiva, 1998.

Morin, Edgar, Lucabocchi, Gian, e Ceruti, Mauro, *Os Problemas do Fim do Século*, Editorial Notícias, 1996.

Stiglitz, Joseph E., *Globalização: A Grande Desilusão*, Maria Filomena Duarte (trad.), Terramar, 2002.

Waters, Malcolm, *Globalização*, Celta, 2002.

II — Matérias a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários

1 — Direito civil:

1.1 — Da interpretação da lei e integração das lacunas; da aplicação da lei no tempo e no espaço;

1.2 — Princípios fundamentais do direito civil;

1.3 — Do exercício e tutela dos direitos:

1.3.1 — O abuso de direito; a tutela da confiança;

1.3.2 — Os meios de autodefesa e o seu controlo judicial;

1.3.3 — Direito probatório material:

Ónus da prova;

Da prova ilícita;

Meios de prova e respectivo valor;

1.4 — Prescrição, caducidade e não uso do direito;

1.5 — Direitos de personalidade: âmbito e modos de tutela;

1.6 — Do negócio jurídico:

Da proposta contratual à conclusão do negócio;

Tipos de contratação; cláusulas contratuais gerais;

Interpretação e integração da declaração negocial;

Dos vícios do negócio e das suas consequências típicas;

A representação voluntária; procuração;

1.7 — Da responsabilidade pré-contratual; culpa na formação dos contratos;

1.8 — Contrato-promessa; pacto de opção; pacto de preferência;

1.9 — Responsabilidade civil extracontratual:

1.9.1 — Noções gerais sobre os pressupostos da responsabilidade por factos ilícitos, da responsabilidade pelo risco e da responsabilidade por factos lícitos;

1.9.2 — Responsabilidade emergente de acidente de viação;

1.9.3 — Responsabilidade do produtor por produtos defeituosos;

1.9.4 — Responsabilidade civil do Estado decorrente de erro judiciário cometido por tribunais judiciais;

1.10 — Garantias gerais e especiais das obrigações: impugnação pauliana; arresto; fiança; penhor; hipoteca; direito de retenção;

1.11 — Meios coercitivos do cumprimento:

A acção de cumprimento;

O procedimento de injunção;

A sanção pecuniária compulsória;

1.12 — Não cumprimento das obrigações — modalidades de não cumprimento e consequências típicas:

Impossibilidade do cumprimento; a excessiva onerosidade da prestação e a alteração anormal das circunstâncias;

Incumprimento definitivo; cumprimento defeituoso;

Resolução do contrato por incumprimento: pressupostos e efeitos;

Mora do devedor e do credor;

Responsabilidade contratual; juros moratórios; cláusula penal;

Causas lícitas de não cumprimento das obrigações; excepção de não cumprimento;

1.13 — Dos contratos em especial:

1.13.1 — Compra e venda; aspectos gerais; venda de coisa alheia; venda de coisa defeituosa, inclusive no âmbito das relações de consumo; venda a prestações; reserva de propriedade;

1.13.2 — Locação: regime geral da locação; arrendamento urbano;

1.13.3 — Mandato;

1.13.4 — Empreitada: aspectos gerais e, em especial, o regime relativo aos defeitos de obra, inclusive no quadro das relações de consumo;

1.14 — Posse:

Elementos constitutivos e características;

Formas de aquisição e de perda;

Efeitos; a usucapião;

Meios de defesa;

1.15 — O direito de propriedade:

Função social da propriedade;

Formas de aquisição;

Regime da propriedade em geral, da compropriedade e da propriedade horizontal;

Meios de defesa;

1.16 — Direitos legais de preferência;

1.17 — Servidões prediais: formas de constituição, conteúdo e regime;

1.18 — Registo predial: fins, natureza, princípios e efeitos;

1.19 — Efeitos patrimoniais do casamento:

Regimes de bens;

Responsabilidade pelas dívidas dos cônjuges;

1.20 — Direito sucessório:

Títulos de vocação sucessória; espécies de sucessão; espécies e classes de sucessíveis;

Capacidade sucessória; direito de representação;

Administração da herança;

Liquidação e partilha da herança.

2 — Direito comercial:

2.1 — Dos actos de comércio em geral;

2.2 — Títulos de crédito: letras, livranças e cheques;

2.3 — Sociedades comerciais; empresas comerciais e estabelecimento comercial;

- 2.4 — Arrendamento comercial;
- 2.5 — Trespasse e cessão de exploração do estabelecimento comercial;
- 2.6 — Negócios bancários:
 - 2.6.1 — Abertura de conta e depósito bancário; cartões de crédito;
 - 2.6.2 — Mútuo bancário;
 - 2.6.3 — Contrato de desconto;
 - 2.6.4 — Abertura de crédito;
 - 2.6.5 — Contrato de concessão de crédito ao consumo;
 - 2.7 — Seguro de responsabilidade civil automóvel;
 - 2.8 — Juros comerciais.
- 3 — Direito processual civil:
 - 3.1 — Princípios fundamentais de processo civil;
 - 3.2 — Tipologia das acções e formas de processo;
 - 3.3 — Pressupostos processuais;
 - 3.4 — Do processo declarativo:
 - 3.4.1 — Fase dos articulados: função e conteúdo;
 - 3.4.2 — Suprimento de excepções dilatórias e aperfeiçoamento dos articulados;
 - 3.4.3 — Audiência preliminar, saneamento e condensação:
 - Audiência preliminar;
 - Despacho saneador; saneador-sentença;
 - Seleção da matéria de facto;
 - 3.4.4 — Sentença: estrutura formal; objecto; vícios; efeitos;
 - 3.5 — Do processo executivo:
 - 3.5.1 — Linhas gerais do novo figurino da acção executiva;
 - 3.5.2 — Pressupostos processuais específicos: títulos executivos e requisitos da obrigação exequenda;
 - 3.5.3 — Fase introdutória do processo executivo;
 - 3.5.4 — Oposição à execução: fundamentos e trâmites;
 - 3.5.5 — Penhora:
 - Objecto, natureza e efeitos;
 - Impugnação da penhora: fundamentos e meios processuais;
- 3.6 — Procedimentos cautelares: espécies, pressupostos e trâmites.

III — Matérias a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários

- 1 — A Constituição, o direito penal e o direito processual penal: relações.
- 2 — A lei penal e a sua aplicação: o princípio da legalidade e o âmbito de validade espacial da lei penal.
- 3 — Teoria geral da infracção:
 - 3.1 — Crimes dolosos de acção:
 - Ilícitude e causas de exclusão da ilicitude;
 - Culpa e causas de exclusão da culpa;
 - 3.2 — Crimes negligentes: ilicitude e culpa;
 - 3.3 — Crimes de omissão: ilicitude e culpa;
 - 3.4 — Tentativa;
 - 3.5 — Unidade e pluralidade de infracções;
 - 3.6 — Comparticipação.
- 4 — As consequências jurídicas do crime:
 - Penas principais e penas acessórias;
 - A determinação da pena;
 - A reincidência e o concurso de crimes;
 - As penas de substituição;
 - As medidas de segurança.
- 5 — Crimes em especial:
 - 5.1 — Crimes contra as pessoas;
 - 5.2 — Dos crimes contra o património:
 - 5.2.1 — Crimes contra a propriedade;
 - 5.2.2 — Crimes contra o património em geral;
 - 5.2.3 — Crimes contra direitos patrimoniais;
 - 5.3 — Crimes contra a vida em sociedade:
 - 5.3.1 — Crimes de falsificação;
 - 5.3.2 — Crimes de perigo comum;
 - 5.3.3 — Crimes contra a segurança das comunicações;
 - 5.3.4 — Dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas:
 - Embriaguez e intoxicação;
 - Associação criminosa;
 - Ameaça com prática de crime;
 - 5.4 — Dos crimes contra o Estado:
 - 5.4.1 — Crimes de resistência e desobediência à autoridade pública;
 - 5.4.2 — Crime de violação de proibições ou interdições;
 - 5.4.3 — Crime de descaminho ou destruição de objectos colocados sobre o poder público;
 - 5.4.4 — Crimes contra a realização da justiça;

- 5.4.5 — Crimes cometidos no exercício de funções públicas.
- 6 — Aspectos penais específicos da lei da droga.
- 7 — Aspectos penais e processuais penais do combate ao terrorismo.
- 8 — Direito processual penal:
 - 8.1 — Princípios gerais do processo penal;
 - 8.2 — Medidas cautelares e de polícia e medidas de coacção;
 - 8.3 — Os sujeitos processuais: o tribunal, o Ministério Público, o arguido, o defensor e o assistente; as partes civis;
 - 8.4 — Meios de obtenção da prova e meios de prova;
 - 8.5 — A tramitação do processo: o inquérito, a instrução, o julgamento e os recursos.

IV — Temas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários

- 1 — O sistema de justiça:
 - 1.1 — Organização judiciária; funções e estatutos profissionais;
 - 1.2 — Agentes do sistema de justiça: relações interpessoais e interprofissionais — ética e deontologia.

Legislação

- Constituição da República.
- Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e respectivo Regulamento.
- Estatuto dos Magistrados Judiciais.
- Estatuto do Ministério Público.
- Estatuto da Ordem dos Advogados.
- Estatuto dos Solicitadores.
- Estatuto dos Funcionários de Justiça.
- Lei que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Bibliografia

- Arnaut, António, *Ossos do Ofício*, Coimbra, Fora do Texto, 1990.
- *Iniciação à Advocacia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.
- Azevedo, Luís Eloy, *Magistratura Portuguesa — Retrato de Uma Mentalidade Colectiva*, Edições Cosmos, 2001.
- Calamandrei, Piero, *Eles, os Juizes Vistos por Nós os Advogados*, Clássica Editora, 1985.
- Chaves, Eduardo Arala, «A deontologia dos juizes», in *Colectânea de Jurisprudência*, ano III (1978), t. 1, pp. 5-10.
- Cluny, António, *Pensar o Ministério Público Hoje, Cadernos da Revista do Ministério Público*, n.º 8, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Dias, João Paulo, *O Mundo dos Magistrados — A Evolução da Organização e do Auto-Governo Judiciário*, Coimbra, Almedina, 2004.
- Dias, Nélia Daniel, *A Responsabilidade Civil do Juiz*, Lisboa, Dislivro, 2004.
- A Formação dos Magistrados — Relatório do Observatório Permanente da Justiça*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2002.
- Garcia, Octávio Dias, «A função de julgar», in *Colectânea de Jurisprudência*, ano IV (1979), t. 3, pp. 759-761.
- Garçon, Maurice, *O Advogado e a Moral* (trad.), Arménio Amado Editor, Suc., col. «Stvdivm».
- Interrogações à Justiça — O Sistema Judicial e o Sistema Político: O Poder Judicial enquanto Questão Político-Constitucional e enquanto Realidade Determinante da Administração da Justiça*, Coimbra, Tenacitas, 2003, pp. 37-145.
- Interrogações à Justiça — Os Juizes: Actividade Jurisdicional, Estatuto e Retrato Sócio-Cultural*, Coimbra, Tenacitas, pp. 147-229.
- López, Modesto Saavedra, «A legitimidade judicial na crise do império da lei», in *Revista do Ministério Público*, ano 15 (1994), n.º 57 (Janeiro-Março), pp. 11-23.
- Magalhães, Pedro Coutinho, «Democratização e independência judicial em Portugal», in *Análise Social*, vol. xxx (130), 1995 (1.º), pp. 51-90.
- Que Formação para os Magistrados Hoje?*, comunicações apresentadas no encontro sobre recrutamento, selecção e formação de magistrados, promovido pelo SMMP, realizado em 28 e 29 de Janeiro de 2000, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Lisboa, Editorial Minerva, 2000.
- Rangel, Paulo Castro, *Reserva de Jurisdição, Sentido Dogmático e Sentido Jurisprudencial*, Porto, Universidade Católica Editora, 1997.
- Rocha, J. A. Oliveira, «Juizes portugueses, contributo para um estudo», in *Sub Judice/Ideias*, n.º 6 (Maio-Agosto de 1983), pp. 17-20.
- Rodrigues, Cunha, *Em Nome do Povo*, Coimbra Editora, 1999, pp. 7-273.
- *Lugares do Direito*, Coimbra Editora, 1999, pp. 133-362.
- Sampaio, Jorge, *A Justiça em Portugal*, intervenções do Presidente da República durante o seu 1.º mandato.
- Santos, António Almeida, «A independência do poder judicial, o relacionamento com os outros poderes do Estado e o recrutamento

- dos juízes», I Encontro Internacional de Conselhos Superiores da Magistratura, Março de 1999, Conselho Superior da Magistratura de Portugal.
- «O Ministério Público num Estado de direito democrático», in *Revista do Ministério Público*, ano 19, n.º 76.
- Santos, Boaventura de Sousa et al., *Os Tribunais na Sociedade Contemporânea — O Caso Português*, Centro de Estudos Sociais/Centro de Estudos Judiciários/Edições Afrontamento, 1996.
- Varela, Antunes, «A responsabilidade pessoal dos juízes», in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, anos 129, n.º 3873, pp. 356-359, e 130, n.ºs 3874, pp. 9-11, e 3875-3876, pp. 34-35.
- Vasconcelos, Pedro Carlos Bacelar, *Teoria Geral do Controlo Jurídico no Poder Público*, Edições Cosmos, col. «Direito», 1996.

2 — Realização judiciária do direito — metodologia na aplicação da lei.

Bibliografia

- AA. VV., *A Justiça e o Mal*, Antoine Garapon e Denis Salas (coords.), Lisboa, Instituto Piaget, col. «Direito e Direitos do Homem», 1999, p. 197.
- AA. VV., *O Debate da Justiça*, obra colectiva organizada por António Pedro Barbas Homem e Jorge Bacelar Gouveia, Lisboa, Vislis Editores, 2001.
- Alexy, Robert, *Teoria da Argumentação Jurídica — A Teoria do Discurso Racional como Teoria da Justificação Jurídica*, São Paulo, Landy Livraria Editora e Distribuidora, Ltda., 2001.
- Andrade, Manuel, *Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis*, Coimbra, Arménio Amado, 1978.
- Canaris, Claus Wilhelm, *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*, trad., Menezes Cordeiro (prefácio), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Canotilho, J. J. Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Almedina, 2003, pp. 1117-1325.
- Carnelutti, Francisco, *Metodologia do Direito*, Luís da Câmara Pinto Coelho (trad.), Lisboa, Escola Tipográfica das Oficinas de São José, 1940.
- Casanova, J. F. Salazar, «Os fundamentos e os argumentos no discurso judiciário», in *Scientia Iuridica*, n.º 295 (Janeiro-Abril de 2003), t. LII, pp. 7-31.
- Coelho, Nuno, «Memória e quotidiano judiciário», in *Sub Iudice*, n.º 25 (Abril-Junho de 2003), Justiça e Memória, pp. 35-44.
- Cordeiro, Menezes, «Tendências actuais da interpretação da lei: do juiz-autómato aos modelos de decisão jurídica», in *Tribuna da Justiça*, n.º 12 (Dezembro de 1985).
- Domingos, Maria Adelaide, «Julgar na área laboral», in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 1 (2.º sem. 2004), dossiê temático «Acusar/Julgar», pp. 241-270.
- Duarte, Rui Pinto, «Algumas notas acerca do papel da convicção-crença nas decisões judiciais», in *O Processo da Crença*, obra colectiva coordenada por Fernando Gil, Pierre Livet e João Pina Cabral, Lisboa, Gradiva, 2004, pp. 268-284.
- Engisch, Karl, *Introdução ao Pensamento Jurídico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garapon, Antoine, *Bem Julgar — Ensaio Sobre o Ritual de Julgar*, Lisboa, Instituto Piaget, col. «Direito e Direitos do Homem», 1999, p. 345.
- Gaspar, Alfredo, *Instituições da Retórica Forense — Com um Apêndice sobre A Arte de Perguntar*, Coimbra, Minerva, 1998.
- Guerra, Paulo, «Julgar — no reino da prova dos afectos e dos pudores», in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 1 (2.º sem. 2004), dossiê temático «Acusar/Julgar», pp. 271-288.
- Larenz, Karl, *Metodologia da Ciência do Direito*, (trad.) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- Lúcio, Álvaro Laborinho, *A Justiça e os Justos*, Centro Cultural do Alto Minho, 1999 — *Sobre a Aplicação do Direito*, separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 348, Lisboa, 1985.
- Machado, Baptista, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Coimbra, Almedina, 1983.
- Mendonça, Luís Correia, e Lopes, José Mouraz, «Julgar: contributo para uma análise estrutural da sentença civil e penal; a legitimação pela decisão», in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 1 (2.º sem. 2004), dossiê temático «Acusar/Julgar», pp. 191-239.
- Neves, António Castanheira, *Metodologia do Direito, Problemas Fundamentais*, Coimbra, 1993. — «Entre o 'legislador' e a 'sociedade' e o 'juiz' ou entre 'sistema', 'função' e 'problema' — os modelos actualmente alternativos da realização jurisdicional do Direito», in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, anos 130, n.º 3883, pp. 290 e 300, e n.º 3884, pp. 322-329, e 131, n.º 3886, pp. 8-19.
- «O sentido actual da metodologia jurídica», in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, volume comemorativo, Coimbra, 2003, pp. 115-149.
- Rigaux, François, *A Lei dos Juízes*, Luís Couceiro Feio (trad.), Lisboa, Instituto Piaget, col. «Direito e Direitos do Homem», 2000, p. 332.
- Sfez, Lucien, *Crítica da Decisão*, Maria de Lourdes Cância Martins (trad.), Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- Silva, Joana Aguiar, *A Prática Judiciária entre Direito e Literatura*, Coimbra, Almedina, 2001.
- «Direito e literatura: potencial pedagógico de um estudo interdisciplinar», in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 1 (2.º sem. 2004), «Estudos», pp. 9-35.
- 3 — Sociedade em evolução e direito:
3.1 — Cidadania, justiça e comunicação social.

Bibliografia

- AA. VV., «Justiça e media — Amigos ou inimigos», in *Jornalismo e Jornalistas*, n.º 13 (Janeiro-Março), Clube dos Jornalistas, 2003.
- Andrade, Costa, *Liberdade de Imprensa*, Coimbra Editora.
- Araújo, Luís de A., *Ética: como Pensar Fundamental*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. «Estudos Gerais/Série Universitária», 1992.
- Barbalet, J. M., *A Cidadania*, Lisboa, Estampa, 1989.
- Bongrand, Michel, *O Marketing Político*, Lisboa, Europa-América, 1987.
- Bourdieu, Pierre, *Sobre Televisão*, Oeiras, Celta, 1997.
- Correia, Luís Brito, *Direito da Comunicação Social*, vol. 1, Lisboa, Almedina, 2000.
- Costa, Artur, «Publicidade do julgamento penal e direito de comunicar», in *Comunicação Social e Direitos Individuais*, Lisboa, Alta Autoridade para a Comunicação Social, 1993, pp. 43-63, e in *Revista do Ministério Público*, ano 15 (1994), Janeiro-Março, pp. 53-70.
- Costa, Faria, *Direito Penal da Comunicação Social*, Coimbra Editora.
- Direito à Vida Privada e Liberdade*, relatório da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados, Lisboa, 1998.
- Garapon, Antoine, e Salas, Denis, *La république pénalisée*, Hachette, 1996.
- Gonçalves, Maria Eduarda, *Direito da Informação*, Almedina, 2003.
- Marçal, Pedro Figueiredo, *Comunicação ao Seminário «Comunicação Social e Direitos Individuais»*, Lisboa, Alta Autoridade para a Comunicação Social, 1993, pp. 15-24.
- Marques, Viriato Soromenho, *A Era da Cidadania: de Maquiavel e Jefferson*, Mem Martins, Europa-América, 1996.
- Mesquita, Mário, *O Quarto Equívoco — O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, Minerva, 2003.
- Moreira, Vital, *O Direito de Resposta na Comunicação Social*, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.
- Pereira, Miguel Baptista, «Filosofia da comunicação hoje», in *Comunicação e Defesa do Consumidor*, Instituto Jurídico da Comunicação, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 1996, pp. 49-80.
- Pina, Sara, *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*, Coimbra, Minerva, 2000.
- Pinto, Manuel (coord.), *Televisão e Cidadania*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003.
- Rego, José Gabriel, e Neto, Paula Oliveira, «Media, públicos e direitos de cidadania», in *Revista de Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 21, Lisboa, ISCTE — Centro de Investigação e Estudos de Sociologia — Departamento de Sociologia, 1996, pp. 69-92.
- Rodrigues, Cunha, *Comunicar e Julgar*, Coimbra, Minerva, col. «Comunicar», 1999.
- Santos, Boaventura de Sousa, *Reinventar a Democracia*, Lisboa, Gradiva, col. «Cadernos Democráticos», 1998.
- «Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação», in *Estudos de Direito da Comunicação*, Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 2002, pp. 137-160.
- Silveira, Carla, Nunes, António, *Justiça, Comunicação Social e Poder*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.
- 3.2 — Direito e bioética.

Bibliografia

- Araújo, Fernando, *A Procriação Assistida e o Problema da Santidade da Vida*, Coimbra, 1999.
- Archer, Luís, Biscaia, Jorge, Osswald, Walter, e Renaud, Michel (coords.), *Novos Desafios à Bioética*, Porto, 2001.
- Osswald, Walter (coords.), *Bioética*, Lisboa, 1996.
- Direitos do Homem e Biomedicina*, Lisboa, 2003.
- Engelhardt, H. Tristram, *The Foundations of Bioethics*, New York/Oxford, 1996.
- Fukuyama, Francis, *O Nosso Futuro Pós-Humano — Consequências da Revolução Biotecnológica*, Lisboa, Quetzal Editores, 2002.
- Hottois, Albert, e Parizeau, Marie-Hélène, *Les mots de la bioéthique: un vocabulaire encyclopédique*, Bruxelles, 1993.
- et al., *Nouvelle encyclopedie de la bioéthique*, Bruxelles (ed. port. da Piaget).

Kennedy, Ian, Grubb, Andrew (ed.), *Principles of Medical Law*, Oxford. Mason, J. K., et al., *Law and Medical Ethics*, London, 2002.
 Neves, Maria do Céu Patrão (coord.), *Comissões de Ética: das Bases Teóricas à Actividade Quotidiana*, Coimbra, 2002.
 Nunes, Rui, Melo, Helena, e Nunes, Cristina, *Genoma e Dignidade Humana*, Coimbra, 2002.
 Nunes, Rui, e Melo, Helena, *Genética e Reprodução Humana*, Coimbra, 2000.
 Oliveira, Guilherme de, *Terras de Direito da Medicina*, Coimbra, 1999.
 Otero, Paulo, *Direito da Vida*, Coimbra, 2004.
 Serrão, Daniel, e Nunes, Rui, *Ética em Cuidados de Saúde*, Porto.

V — Temas a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários

- 1 — A fiscalização da constitucionalidade e os direitos fundamentais.
- 2 — Justiça administrativa:
 - 2.1 — Âmbito;
 - 2.2 — Meios contenciosos.
- 3 — Direito europeu: sistema institucional, jurídico e jurisdicional.

Bibliografia

AA. VV., *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Almedina, 2003.
 Campos, João Mota de, *Manual de Direito Comunitário*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
 Canotilho, José Joaquim Gomes, Gorjão-Henriques, Miguel, Ramos, Rui Manuel Gens de Moura, e Moreira, Vital, *Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia*, Coimbra Editora, 2001.
 Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Comissão de Assuntos Europeus, Assembleia da República, 2001.
 Duarte, Maria Luísa, *Contencioso Comunitário — Programa, Conteúdos e Métodos do Ensino Teórico e Prático*, Principia, 2003.
 Duarte, Maria Luísa, *Direito da União Europeia e das Comunidades Europeias*, vol. 1, t. 1, Lex, 2001.
 Estudos do Século XX. Europa-Utopia/Europa-Realidade, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra/Quarteto, n.º 2, 2002.
 Freire, Paula Vaz, *Os Novos Passos da Integração Europeia, O Tratado de Amesterdão e o Tratado de Nice*, Vislis, 2002.
 Gorjão-Henriques, Miguel, *Direito Comunitário*, Almedina, 2001.
 Gomes, José Luís Caramelo, *O Juiz Nacional e o Direito Comunitário. O Exercício da Autoridade Jurisdicional Nacional na Jurisprudência do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*, Coimbra, Almedina, 2003.
 Quadros, Fausto de, e Martins, Ana Maria, *Contencioso Comunitário*, Coimbra, Almedina, 2002.
 Ramos, Rui Moura, *Das Comunidades à União Europeia — Estudos de Direito Comunitário*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1999.
 — *Direito Comunitário, Programa (Conteúdo e Métodos de Ensino)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.
 Ribeiro, Maria Manuela Tavares, *A Ideia de Europa. Uma perspectiva Histórica*, Quarteto, 2003.
 — (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo, Actas do Curso Intensivo de 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002*, Quarteto, 2002.
 Riquito, Ana Luísa, Ventura, Catarina Sampaio, Andrade, José Carlos Vieira, Canotilho, José Joaquim Gomes, Gorjão-Henriques, Miguel, Ramos, Rui Manuel Gens de Moura, e Moreira, Vital, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Coimbra Editora, 2001.
 Soares, António Goucha, *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Coimbra Editora, 2002.
 Vitorino, António, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Principia, 2002.

- 4 — Direito do trabalho — o contrato individual de trabalho — nascimento, desenvolvimento e extinção:

4.1 — Contrato de trabalho:

Noção de contrato de trabalho; a presunção de laboralidade; caracterização jurídica e distinção de figuras afins;
 Condições de validade: requisitos materiais e formais;
 Cláusulas acessórias: condição e termo;
 O contrato a termo resolutivo certo e incerto e o seu regime jurídico;
 Invalidez do contrato de trabalho;

4.2 — Os sujeitos da relação jurídica laboral:

Direitos de personalidade;
 Direitos, deveres e garantias das partes;

4.3 — A prestação do trabalho:

A categoria profissional;
 Polivalência funcional e o *ius variandi*;
 A retribuição e demais atribuições patrimoniais; prescrição de créditos salariais;

O direito a férias: aquisição, formação e vencimento;
 As faltas ao trabalho: noção; tipologia e seus efeitos;
 Causas de suspensão do contrato de trabalho;

4.4 — A cessação do contrato:

Princípios gerais da cessação;
 As modalidades de cessação por caducidade, revogação, cessação por iniciativa do empregador e por iniciativa do trabalhador;
 Procedimento disciplinar por facto imputável ao trabalhador;
 O conceito de justa causa;
 A ilicitude do despedimento e suas consequências.

Bibliografia

AA. VV., *Comentário às Leis do Trabalho*, vol. 1, Lex, 1994.
 Baptista, Albino Mendes, *Estudos sobre o Código do Trabalho*, Coimbra Editora, 2004.
 Cordeiro, António Menezes, *Manual de Direito do Trabalho*, Almedina, 1999.
 Fernandes, António Monteiro, *Direito do Trabalho*, 12.ª ed., Almedina, 2004.
 Leite, Jorge, *Lições de Direito do Trabalho*, vols. 1, 2004, e II, 1999, Coimbra, Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra.
 Martinez, Pedro Romano, *Direito do Trabalho*, Almedina, 2002.
 — *Apontamentos sobre Cessação do Contrato de Trabalho à Luz do Código do Trabalho*, Lisboa, AAFDL, 2004.
 Mesquita, José Andrade, *Direito do Trabalho*, 2.ª ed., AAFDL, 2004.
 — *Direito do Trabalho*, 2.ª ed., AAFDL, 2004.
 Ramalho, Maria do Rosário Palma, *Do Fundamento do Poder Disciplinar*, Almedina, 1993.
 — *Estudos de Direito do Trabalho*, vol. 1, Almedina, 2003.
 Veiga, António Jorge da Motta, *Lições de Direito do Trabalho*, 8.ª ed., rev. e actual., Universidade Lusíada, 2000.
 Xavier, Bernardo Lobo, *Curso de Direito do Trabalho*, Verbo Editora, 1999.
 — *Curso de Direito do Trabalho*, vol. 1, Verbo Editora, 2004.

5 — Direito da família e menores:

5.1 — Responsabilidades parentais; guarda conjunta;
 5.2 — Adopção;
 5.3 — O sistema de intervenção junto dos menores, nas vertentes da protecção e tutelar educativa.

Legislação para estes temas além dos diplomas gerais

Decreto-Lei n.º 272/2001, de 13 de Outubro.
 Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de Maio, pela Lei n.º 133/99, de 28 de Agosto, e pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.
 Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro.
 Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio.
 Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro.
 Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de Maio, e da Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.
 Decreto-Lei n.º 120/98, de 8 de Maio.
 Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto (altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, a Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção).
 Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), com as alterações da Lei n.º 31/2003.
 Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro (Lei Tutelar Educativa).

Bibliografia

AA. VV., *Direito Tutelar de Menores — O Sistema em Mudança*, Coimbra Editora, 2002.
 AA. VV., *Trabalhos do Curso de Pós-Graduação «Protecção de Menores Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho»*, vol. 1, Coimbra Editora, 2002.
 Coelho, Pereira, e Oliveira, Guilherme, *Curso de Direito da Família*, vol. 1, Coimbra Editora.
 Diniz, João Seabra, *Este Meu Filho Que Eu não Tive — A Adopção e os Seus Problemas*, Afrontamento, 1993.
 Duarte, Maria de Fátima Abrantes, *O Poder Paternal — Contributo para o Estudo do Seu Actual Regime*, Lisboa, AAFDL, 1989.
 Epifânio, Rui, e Farinha, António, *Organização Tutelar de Menores — Contributo para Uma Visão Interdisciplinar do Direito de Menores*, Coimbra, Almedina, 1997.
 «Família — quando e como a adopção», *Congresso Europeu de Adopção, Comunicações e Outra Documentação*, Lisboa, CEJ/DGAS/SCM.
 Farinha, António, e Lavadinho, Conceição, *Mediação Familiar e Responsabilidades Parentais*, Almedina, 1997.

Furtado, Leonor, e Guerra, Paulo, *O Novo Direito das Crianças e Jovens em Perigo — Um Recomeço*, CEJ, 2000.
 Leandro, Armando, «Poder paternal — Natureza, exercício e limitações — Algumas reflexões da prática judiciária», in *Temas de Direito da Família*, Almedina, 1986.
 Sá, Eduardo, Cunha, Maria João, *Abandono e Adopção — O Nascimento da Família*, Almedina, 1996.
 Sottomayor, Maria Clara, *Regulação do Exercício do Poder Paternal nos Casos de Divórcio*, Almedina, 1997.
 — *Exercício do Poder Paternal relativamente à Pessoa do Filho após o Divórcio ou a Separação Judicial de Pessoas e Bens*, Almedina, 2002.

Rodrigues, Anabela, e Fonseca, António Duarte, *Comentário à Lei Tutelar Educativa*, Coimbra Editora, 2000.

5 de Janeiro de 2005. — A Directora, (*Assinatura ilegível.*)

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Rectificação n.º 62/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 22 989/2004 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 10 de Novembro de 2004, rectifica-se que onde se lê:

Tribunal	Categoria	Nome
Fundão	Secretário de justiça	Manuel Ramos Antunes (artigo 43.º).
Gondomar — Ministério Público	Secretário de justiça	Rosa Maria Mota Costa Ribeiro.
Lisboa — Secretaria-Geral, varas criminais/juízos cíveis de pequena instância criminal.	Secretário de justiça	Vítor Manuel da Silva M. Conceição (requisitado).
Lisboa — 17.ª Vara Cível (destacado na Pequena Instância Criminal de Lisboa).	Secretário de justiça	Amândio Tábua de Trigo.
Lisboa — Secretaria-Geral e juízos criminais.	Secretário de justiça	Maria Júlia Ferreira Carreira Monteiro.
Lisboa — 1.ª e 2.ª Varas Criminais	Secretário de justiça	Carlos Alberto da Costa Cixeiro.
Lisboa — 7.ª e 8.ª Varas Criminais	Secretário de justiça	Vítor Manuel Carvalho Silva.
Lisboa — Secretaria-Geral do Tribunal de Família e Menores.	Secretário de justiça	Francisco Pires Silva Pereira.
Lisboa — 1.º e 2.º Juízos de Família e Menores.	Secretário de justiça	Alda Carrapo Catarinog Teodório.
Lisboa — Trabalho — 5.º Juízo	Secretário de justiça	João Carlos Castelo Lopes.
Loulé — Secretaria-Geral	Secretário de justiça	Augusto Marques da Rocha.
Mira	Secretário de justiça	Maria Cristina C. Almeida Gomes.
Ourém	Secretário de justiça	Orlando Matias Silva Cara Peto.
Ponte de Lima	Secretário de justiça	Fernando Manuel Simões.
Peixoto — Ponte de Sor	Secretário de justiça	Maria Natália da Trindade Bento Marcelino.
Porto — 3.º e 9.º Juízos Cíveis	Secretário de justiça	José Maria Valério Quintas.
Porto — 1.ª e 2.ª Varas Criminais	Secretário de justiça	Júlio da Silva Ferreira.
Porto — Secretaria-Geral de Família e Menores.	Secretário de justiça	Lino Duarte Castelo Branco Costa.
Torres Vedras — Trabalho	Secretário de justiça	Eduardo Fernandes Palma.
Valença	Secretário de justiça	Luís Humberto.

deve ler-se:

Tribunal	Categoria	Nome
Fundão	Secretário de justiça	Manuel Ramos Antunes.
Golegã	Secretário de justiça	Manuel da Costa Oliveira Morgado.
Gondomar — Ministério Público	Secretário de justiça	Rosa Maria Mota Costa Ribeiro.
Lisboa — Secretaria-geral das varas cíveis, dos juízos cíveis e juízos de pequena instância criminal.	Secretário de justiça	Vítor Manuel da Silva M. Conceição.
Lisboa — 17.ª Vara Cível	Secretário de justiça	Amândio Tabuada Trigo.
Lisboa — Secretaria-geral dos juízos criminais	Secretário de justiça	Maria Júlia Ferreira Carreira Monteiro.
Lisboa — 1.ª e 2.ª Varas Criminais	Secretário de justiça	Carlos Alberto da Costa Caixeiro.
Lisboa — 7.ª e 8.ª Varas Criminais	Secretário de justiça	Vítor Manuel Carvalho Silva.
Lisboa — 9.ª Vara Criminal	Secretário de justiça	José Manuel Valério Palma.
Lisboa — Secretaria-Geral do Tribunal de Família e Menores.	Secretário de justiça	Francisco Pires Silva Pereira.